ANO 4.º — Sexta-feira, 19 de Janeiro de 1912 — NÚMERO 204

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias)	1$200 réis
Semestre	600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte	2$500 réis
Avulso	20 réis

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

(*)

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha	40 réis
Comunicados	20 réis

Anúncios permanentes, contracto especial.

Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

A CAMINHO

As grandiosas manifestações liberais do dia 14 efétuadas ao mesmo tempo em Lisboa e no Porto, teem, nêste momento, o alto significado que passâmos a traduzir:—o povo quer, o povo deseja, reclama e péde, que seja, pelo governo, integralmente cumprida a lei da Separação. Com êle está a consciencia nacional a dar-lhe fôrça, a incutir-lhe alento, esperançáda em que, de vêz, se emancipará da acção do clericalismo salvando-se e salvando a Republica das garras aduncas da seita negra.

Para a frente!—bradou em unisono, o povo das duas grandes cidades.

Para a frente!—bradâmos nós tambem do alto déstas colunas, seguros da vitória, crentes na Justiça.

A intolerancia dos republicanos...

Um dos argumentos que nêste momento se está produzindo com maior insistencia contra os dirigentes da Republica, e que pela monotonía do ritmo chega a assumir já as proporções de uma causticante maçada, consiste em atribuir-lhes o seguinte crime: não terem esses homens aproveitado para o serviço da Republica, segundo suas aptidões, virtudes e mais partes, aquêles bons servidores da monarquia menos comprometidos nos hoje reconhecidos erros da defunta realeza.

Eis o crime; *inde irae.*

Este precioso argumento, que ha tempos anda sendo jogado como pelouro contra a politica republicana, e que surge e resurge, invariavelmente, em todas as palestras dos bons espiritos imparciais, e que de estas passa a ser glosado, ora com astucia, ora com inteligente sagacidade, em conferencias patrioticas e em artigos de gazetas, não passa de uma segunda fórma da já agora tão preconisada *politica de atração*, a que o povo, os rôtos e os iletrados, por inacessiveis ás grandes ideias, foram desde logo parafraseando com a rubrica tosca, mas exáta, de *politica de traição.*

Com quem está a verdade?

Vejâmos.

* * *

No que, antes de tudo, importa, e muito, insistir é que a Republica sendo, como é, para os destinos portuguêses uma solução nacional, não implica de modo algum uma seléção antecipada de individuos. Ninguem até hoje se lembrou ainda de dizer, como bom republicano, aquilo que com tanto impudor como bestial jactancia, de si e do seu famoso partido, diziam em 1898 os ilustres progressistas: «Isto é para *nós* e para os *nossos amigos*». Tem-se escrito e dito, desde 1910, muita coisa, mais ou menos referente á vida republicana; essa solerte blasfemia ainda ninguem a produziu, felizmente.

Mas uma coisa é dizer e confessar que a Republica se fez, como solução logica e natural, para todos os portuguêses, outra é consentir, ou sequer admitir, que ao grupo, ás facções, aos bandos dos que até 4 de outubro de 1910 se diziam ao serviço do rei e do regimen monarquico, vão os dirigentes da politica nacional, republicana, aquêles em cujas mãos estão entregues nêste momento os destinos da Patria, buscar, solicitar ou convidar as inteligencias, intenções e valiá de merecimentos, que por este baixo acto de capitulação e de miseria moral iriam confessar que no seu seio não possuem.

De modo algum.

Não ha duvida que nem todos aquôles que até ao advento da Republica serviram a monarquia teem participação diréta, individual, nas torpêsas de toda a ordem com que essa mesma monarquia se afundou ao declinar dos seus ultimos dias. Muitos dêsses homens saíram, não ha duvida, do campo monarquico, destroçados, salvando a sua honra pessoal—o que é muito—mas deixando despedaçada, nos envenenados espinhos de todas aquélas torpêsas e abominações, grande parte se não tudo quanto possuiam da sua honra colétiva.

Homens de bem, como eram e como ainda agora nos dizem, e nós crmêos que o continuam a ser, como se compreende que servissem, sem protestos acervos e clamorosos um regimen que só na corrupção tinha raizes? Como admitir este suplicio cruel, de toda a hora, em que um homem honrado assiste, não só impassivel mas até complacente, á prática de todas as infamias, aplaudindo-as com o seu silencio, que é uma fórma sensivel da sua aquiescencia, se não que um documento vivo e tangivel da sua cumplicidade? Não os ouviria o rei caso se abrissem em leais censuras? Melhor, mil vezes melhor para o gesto nobre da sua emancipação redentôra.

Sem que seguissem os passos dos prelados do tempo de Sancho II, ou sequer dos homens da governação dos dias de Afonso IV, o que sería nobre, digno e compreensivel era tomar o caminho dos patriotas de 1817, formando o *synhedrio*, de que irrompeu, como um clarão de gloria, o 24 de agosto de 1820. Restava-lhes ser homens, ser patriotas, ser portuguêses, e porque não tomaram essa verêda gloriosa, é certo, mas dificil? Preferiram servir um regimen que, como homens honrados, não podiam amar, aproveitando-lhe comtudo os defeitos e colhendo-lhe os frutos, as graças, as mercês e os favores? Porque o caminho da justa desafronta era espinhoso e o da convivencia e da muda cumplicidade mais comodo e melhor?

E será a estes homens, individualmente honrados, é certo, mas colectivamente cumplices e criminosos, como os que mais o mostraram ser, que nós, os rôtos e os ignorantes republicanos de hoje que por êles fômos perseguidos e afrontados em nome do rei e da crápula em que serviam, havemos de ir pedir que nos acudam com o seu alto saber, que nos valham com o seu esforço, êles, cujo esforço e cujo saber não bastaram a que a monarquia se afundásse na miséria e na deshonra, e que nem por ela tomáram voz e armas na hora da suprêma luta com os seus implacaveis mas lealissimos inimigos?

De resto, chega a ser imbecil impudor presumir que quem não impediu, nem com a sua conduta nem com o conselho, que a monarquia se despenhasse, viésse agora, com fingir que mudou de crenças depois da victoria, valêr e acudir á Republica, que não tem conselheiros, nem fidalgos, nem tais doutôres!

Que misérias!

* * *

Mas suponhâmos—por uma simples petição de principios—que lhes abriamos as portas da Republica para que nos viéssem dar suas sentenças em nome do Povo—da *canalha* de ontem, é claro—como nol-as davam ha dois anos em nome do seu rei. Figurêmos que assim procediamos, pela indigencia dos homens de governo em que nos encontrâmos. Quem nos responderia nêste caso, pela sua probidade politica? O seu passado? O seu passado, não. E não, porque não só não logrâram, com o seu leal aviso, moderar o despenho da sociedade a que se diziam adstrictos, como, na hora da desgraça, se fôram oferecer ao inimigo vitorioso para lhe pedirem nova libré! Monarquicos de ontem, republicanos de agora, ámanhã serão do vencedor, quem quer que êle seja, chame-se êle como se chamar.

Além disso—não mintam nem finjam—senhores de todas as posições: do exercito e da armada, da justiça como da fazenda, o seu passado impunha-lhes então um unico caminho: fazer a restauração, não já com sobresaltos e perigos, mas como a fez D. Miguel no seu regresso de Viena e como a fez Luís Napoleão em 1851.

E' preciso que o povo não durma, nem confie em tanto moiro convertido. Sejam republicanos muito embora, mas sejam-no nas mesmas condições com que entre nós os hebreus fôram cristãos, desde o seculo XVI até o XVIII, isto é, *novos republicanos*, tal como os outros, que para se diferenciarem dos *velhos*, se lhes impunha que fossem *cristãos novos.* Espérem pelo presumivel Pombal que intégre na familia democratica, como dentro da sociedade civil os integrou, os novos e velhos cristãos, o ministro de D. José.

Até então irêmos passando sem o seu saber, que não deu grandes clarões nos dias da realeza; e tambem sem a sua previdencia, que nenhuma tambem mostrou que fosse, visto que a monarquia se perdeu e prostituíu.

José Caldas.

Conferencias

A nova direcção do *Centro Escolar Republicano de Aveiro* resolveu iniciar uma série de conferencias politicas e instrutivas nas suas salas, constando-nos que foi convidado para vir fazer a primeira, no dia 31 de Janeiro, aniversario da revolta do Porto, o nosso velho amigo e colaborador, dr. Samuel Maia.

E' louvavol semelhante ideia por quanto a Republica, na nossa humilissima opinião, do que mais necessita ainda é de propaganda acompanhada de exemplos que possam pôr-se em confronto com o velho regimen.

O imortal Bacôco

Um méro acaso pôz-nos ao corrente de que no solar do sr. José Luciano de Castro, em Anadia, é expressamente proíbido falar em... politica.

Se se trata disso é só, como se costuma dizer, em vale de lençois, onde não é permitido a ouvidos profanos, devassar o misterio.

Ainda ha pouco tempo o sr. José Luciano, num gesto irrevogavel e imperioso, despediu um criado, que, ignorando o determinádo, fôra transmitir ao grande régulo um facto qualquer ocorrido na politica do país.

Em compensação, porém, o ilustre homem público lê todas as gazetas que vêm á luz da publicidade, e ri—ri, quando depára com a referencia de qualquer dificuldade financeira ou politica.

O sr. José Luciano ri da sua obra, como qualquer póde rir do resultado duma partida preparáda d'ante mão, para embaraço de qualquer caloiro inexperiente!...

Mas se tivésse havido a dureza na fórma do processo a pedir contas ao sr. José Luciano e outros criminosos reconhecidos e confessos, quando soou a hora, ha tanto esperada, de as dár—o sr. José Luciano e muitos outros talvez se não rissem hoje, da maneira que rem, tripudiando sobre a nefanda administração de fôram responsaveis nos ultimos oitenta anos.

E' a gratidão, é o agradecimento dos que, num impulso de demasiada generosidade, salvaram das garras da justiça popular este e outros, que se devem, com certeza, tambem rir mais a recato, mais a sós!

Ria-se, sr. José Luciano—continue a rir, que talvez venha ainda a chorar e a chorar bastante...

Ora pois...

FALAR CLARO

Tinhamol-o previsto. O caso não é novo. Sempre que alguem mete hombros a emprêsas com que não póde, quer élas sejam manuais ou intelectuais, chama, reconhecida a sua impotencia, alguem que satisfaça e complete a taréfa.

Em troca, é claro, ficam-lhe nas mãos e impéra, sem sombras de reacção, a vontade do... ajudante.

Assim está sucedendo com uma determinada imprensa, que pelos seus ajudantes tem sido, num crescendo já hoje nitidamente conhecido, transformada em câno de despejo dos odios ás instituições e aos seus defensores.

Dizem-nos que nesses papeis ha referencias insidiosas e canalhas, que pódem muito bem ter sido escritas para nos atingir, na parte respeitante ao nosso humilde mister de ha anos, na imprensa, e ao merecimento, que só vale por ser sincéro, que néla têmos demonstrado.

Se foi, de facto, essa a intenção, não se acoitem no escuro da cobarde referencia vaga e índiréta.

Venham para onde os possâmos vêr bem e falem-nos de frente. Assim sim, e ahi fica o aviso.

PORQUÊ?

Haverá aí alguem que nos saiba dizer porque é que, havendo aproximádamente oito mezes que fôram entregues ao poder judicial e pronunciados pelo crime de sedição uns individuos da Oliveirinha, que tentáram agredir a autoridade administrativa, que por milagre escapou das pedradas e dos tiros com que pretendêram alvejal-a, esses individuos ainda estão por ser julgádos apezar do tempo decorrido desde o dia do conflito até hoje?

Nós não atinâmos, francamente, com o que possa ocasionar tanta demóra e por isso é que resolvêmos formular a pergunta, visto sempre termos ouvido dizer que perguntar não ofende ninguem.

O Democrata—vende-se em Aveiro, no kiosque da Praça Luiz Cypriano.

COGITAÇÕES DE UM PADRE

As escavações historicas, feitas a tempo, são o melhor ensinamento que os povos pódem receber, porque representam a soma dos factos que convém ponderar para ajuisar com segurança a rasão das reformas indispensaveis na sociedade.

Os espiritos conservadores não se acomodam facilmente, quando o seu idéal sófre modificações, o que não admira, se atendermos a que a esféra da sua acção, é restrita á capacidade do seu intelecto.

Mas o que sería da humanidade, se não evolucionasse, corrigindo, emendando, creando? Deixar-se-ía morrer, ou iria para os montes viver vida ascética.

Sem nos remontármos aos tempos nebulosos, busquêmos o Imperio Romano, do tempo das suas maiores glorias e do seu maximo poderío, e vêl-o-hemos abalado pela palavra dum simples, dum humilde, que lá das bandas da Galiléa, anunciára aos oprimidos, melhores dias, mais direitos e menos despotismo.

O areopago estremeceu, os deuses abalaram-se, os senhores riram-se e o proprio senado com a sua coorte de intelectuais, preocupou-se. Todavía, imperantes e senhores, nobres e grandes, sábios e dirigentes, disséram, *una voce*: impossivel.

Pois o impossivel que todos viam a dentro das esféras dos seus dominios, éra uma esperança para o abatido e escravisado, que o sol, que despontáva lá do oriente, havia de tornar realidade. Tudo baqueou corroido da podridão que o mináva e uma nova sociedade, mais perfeita, mais justiceira, mais livre, apareceu, como arvore de esperança sem fructos envenenados e de melhor sombra.

Désta reviravolta completa, passou-se para um novo periodo, que bem depressa toldou o sol nascente. E então, da autocracia dos Cesares, passou-se para a teocracia, e o que viu o mundo civilisado, é assombroso: antes, trucidado em nome dos deuses; depois trucidádo em nome do redemtor; antes, a lei dos Cesares; depois a lei da thiára; antes, crê ou morres; depois, se não crês, morres; antes os sacerdotes e sacerdotisas do templo, o senhor e o escravo; depois monges e monjas, sacerdotes e sacerdotisas, dominando e escravisando!

Sempre atrelado ao carro maldito da tiranía e da opressão, o eterno sofredor, o fraco e humilde, lá segue estrada fóra, os olhos postos no Céu, a vêr se as pesádas nuvens da sua desgraça, deixariam romper o sol de justiça e de liberdade. Baldada esperança. As gerações sómem-se na vala comum, os seculos declinam no horisonte e nada!

Ergue-te geração oprimida! Tem fé, tem esperança! O sol de justiça, que te ha-de aquecer, já despontou no horisonte da tua vida; a nuvem negra que t'o encobria, passou além fronteira, não voltará; os teus destinos estão na tua mão. A Republica, é a luz que a todos hade guiar, sol que a todos hade aquecer, bem que a todos hade chegar. Alegrêmonos todos por termos acordado do sôno da indiferença e para a frente que a isso nos anima a Patria libertada.

Um padre

INSPÉÇÕES MILITARES

Por muitos dos nossos amigos têmos sido procurados para nos mostrarem a sua admiração e fazerem o seu protesto pelo resultado das inspéções militares a que atualmente se está procedendo.

Indicam-nos nomes e apontam-nos mancebos, alguns dos quais conhecêmos, sem duvida, robustos e sadíos, que tem sido isentos acrescendo a circumstancia que alguns dêles são filhos, parentes e protegidos de antigos *caciques* monarquicos e que ainda hoje se querem dar ares de importancia e influencia, até o conseguimento da isenção dos inspecionados.

A aparencia robusta não significa, de facto, que não haja mais de um motivo para a isenção; mas teem élas sido tantas e coincidido algumas, de verdade, em intimos dos tais antigos *influentes* que, com razão, a opinião publica se alarma com o caso aventando não só as coisas mais tétricas, como bordando as considerações, que, conforme o raciocinio e suposição de cada um, se lembra fazer.

Estâmos absolutamente convictos que não ha razão alguma pa-

ra suspeitas; mas que o processo atual não satisfaz e póde dar logar a todo o favor, embora um crime, é verdade.

A tabéla para as isenções deveria ser muito resumida e muito expressa.

Quem não póde fazer largas marchas, póde ficar no quartel em qualquer serviço.

No nosso modo de vêr só não sería soldado quem absolutamente não o podésse ser. Era assim que queriamos que a lei fôsse, e que em principio está estabelecido. Mas a emenda veio estragar tudo, porque se presta ás maiores poucas vergonhas, contra as quais nunca deixámos de protestar.

A sindicância á câmara de Vagos

Ficáram os nossos leitôres vendo, e nem nos era preciso tanto latim, que a *impugnação* ao acórdam da Comissão Distrital, no que respeita á manigância cometida para afastar da arrematação da primeira empreitada do edificio vulgarmente chamado dos Paços do Concelho, os concorrentes que não abonassem a sua alta competência com o não menos alto diploma de mestre de obras,—não passa de uma poeirenta e mistificante tentativa de ludíbrio do muito ilustre impugnador que é exuberante em bagatélas laboriosas. De resto, poeira e só poeira é toda a parlenda; e o que mais nos admira é que o estupefaciente aranzel não tivésse vindo a lume etiquetado com o rótulo de notavel documento, pois assim é de uso e costume entre os da grei, quando qualquer dos confrades partureja coscorões daquêles.

As condições para a famigerada arrematação fôram aprovadas em sessão camarária de 1 de agosto de 1910, resolvendo-se nesta mesma sessão abrir logo concurso para a arrematação da primeira empreitada. De harmonia com esta deliberação, saíram anúncios da mesma data, marcando o dia 21 do mesmo mês para se proceder á arrematação, a qual se fez no dia fixado, aparecendo apenas o já conhecido e único concorrente José Simões Franco. Os demais que ao concurso haviam pensado em se apresentar, não concorrêram, afastados como tinham sido por lhes havêrem dito e redito que quem não tivésse carta de mestre, não podia concorrer; e que visto ser o Franco o único que possuia tal diploma, a adjudicação só a êle podia ser feita. Isto está provado e provado tambem está que tal atoarda obedecia ao plano ha muito amadurecido de entregar a obra ao Franco; donde se conclue que a carta que mais valia ao Franco, não era a de mestre, mas sim de *trunfo*.

Não repisêmos, porém, em assuntos já suficientemente esclarecidos, e vamos ao que importa.

A arrematação de 21 de agosto foi a única a que a câmara procedeu. Antes dela não se havia procedido a nenhuma outra praça. E a prova é que não ha auto de não arrematação. Como é, pois, que o ubérrimo e intangivel impugnador ha de provar o contrário, se só pelo livro de autos o podia fazer e êle neste ponto é mudo como um penedo?

Vá vendo o povo de Vagos quem lhe fala verdade: se nós, singélamente, sem embófias, se êles, de bochecha inflada e voz de truão, a barregar inexactidões.

Pelas condições aprovadas pela câmara e que, é bom dizê-lo, sómente conteem a assinatura ou rúbrica do presidente Calisto e do vice-presidente E. Rosa, os concorrentes eram obrigados a apresentar certificado que abonasse a sua capacidade para bem dirigirem as obras, nos termos regulamentares em vigor. O que eram os termos regulamentares em vigor, já o dissémos no número passado. Quem não tivésse tal documento, como quem ainda hôje o não tenha, a mais não era obrigado do que declarar, por escrito, que se responsabilisava a confiar a execução da obra a pessôa idónea. Havia até quem pensára em apresentar por responsavel um engenheiro; mas este pretendente, que tam boa garantia oferecia, teve de pôr de parte o seu intento, perante o conlúio formado.

Esta, a verdade que nenhum nigromante político, de letras gordas ou mesmo magras, poderá desfazer.

Mas o depósito?

Pois tendo a câmara cofre privativo, áliás tesoureiro privativo, onde é que se haviam de fazer os depósitos para a arrematação, senão no seu rico cofre?

Não é assim.

A câmara municipal não podia *legislar*, como o fez na alínea *a* da condição 2.ª, que o depósito se fizésse na sua tesouraria, **porque todos os depósitos provisórios superiôres a cem mil réis sam, por lei, efectuados na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, ou nas suas delegacões, e os depósitos definitivos,** seja qual fôr a sua importância, **sam sempre feitos na mesma Caixa.** E' esta a lei que nenhuma vereação tem competência para alterar. E de lei tambem é que os cardernos de encargos, anúncios e programas de concursos não devem conter disposição alguma que contrarie ou altere o que dispõem as instruções e as cláusulas e condições gerais de empreitadas.

Ora, sendo o depósito provisório exigido a qualquer concorrente de 122$500, é evidente que nunca podia fazer-se nas mãos do tesoureiro da câmara de Vagos.

Mas notem os leitôres que o eruditissimo impugnador, que de tudo sabe o alfa e ómega, não tuge nem muge a respeito do depósito definitivo que teria de sêr efectuado pela quantia de 244$750 réis; e que não foi feito pelo Franco, nem ilegalmente na tesouraria camarária, nem, como de lei, na Caixa Geral dos Depósitos. E não se tendo feito êste depósito, **o termo de ajudicação não podia sêr lavrado,** porque a lei preceitúa que em tais termos se transcrêva, além do diploma que autoriza a adjudicação, o documento comprovativo de haver sido efectuado pelo concorrente preferido o depósito definitivo.

Nada disto existe no termo de adjudicação que entregava a José Simões Franco por 4:895$000 rs. a primeira empreitada dum edifício público que, todo concluído, não devia custar, pelo orçamento aprovado, mais de 8:700$000 réis.

E, todavía, entre a papelada da secretaría encontrou-se um dia rascunho que devia servir de norma ao termo, rascunho que continha todas estas indicações. E na alínea *b* da já citada condição 2.ª exigia-se, como não podia deixar de sêr, o depósito definitivo ao concorrente a favor de quem a câmara resolvêsse a adjudicação.

Por lei o Franco tinha, como ainda hôje todos teem, 8 dias para realizar o depósito de garantia.

Bem se importou o concorrente com o prazo e a câmara com obrigál-o ao cumprimento das suas obrigações, ao cumprimento da lei!

Nem mesmo a câmara se deu á massadoria de aprovar o auto de adjudicação, como estava estabelecido na condição 12.ª!...

E a respeito de se dar princípio ás obras no prazo máximo de 30 dias, o povo de Vagos bem viu o afan com que tal se fez. Lá está, a atestar ás gentes, o gigantesco pôço que nem sequer teve tempo de crescer até ao nivel do terreno.

Um contracto assim feito é, realmente, um contracto bem feito, um contracto legal, e só á *imparcialidade maleavel do sindicante e aos ódios do autoritário e incompetente secretário da sindicância* se deve a anulação do mesmo contracto.

Como ainda vos pretendem iludir, povo de Vagos!

E' que os tartufos sam de todos os tempos e em toda a parte se encontram.

Crise de trabalho

Porque atualmente se tenha acentuádo bastante a falta de trabalho entre o operariado local, lembrou-se a direcção da Associação dos Construtôres Civis de procurar o sr. Jaime Lima, um dos agentes do Banco de Portugal, para lhe solicitar a sua intrevenção a favor da ideia de edificação duma casa propria, nésta cidade, á maneira do que tem feito noutras terras do país, e que até certo ponto era justo atendendo aos lucros que o Banco daqui aufére.

E' digna de todo o louvôr a iniciativa da colétividade a que nos reportâmos, pelo zelo de que deu provas concorrendo para atenuar a crise que se está desenvolvendo assustadoramente e ao mesmo tempo dotar Aveiro com mais um edificio de valôr como é natural que seja o projétado.

Artigo

Pertence ao nosso presado colèga *O Mundo*, o artigo que hoje inserimos, em fundo, do brilhante publicista José Caldas.

Para êle chamámos a atenção dos nossos leitôres, conscios de que hão-de ficar agradados da bôa doutrina nêle expendida pelo velho combatente do glorioso partido republicano.

CONTRA A REACÇÃO

O protesto nacional

Sem duvida alguma, as manifestações liberais do dia 14 em Lisboa e no Porto, com a adesão de todo o país, marcáram ao govêrno o caminho que dêve trilhar, pois quando a rua se manifesta duma fórma tão eloquente, como nêsse dia se viu, não póde havêr ilusões nem possibilidade de torcer o grande significádo que sempre tivéram identicas afirmações dum povo que não toléra o clericalismo, que contra êle protesta e portanto dá o seu apoio incondicional a todas as medidas tendentes a acabar, entre nós, com a raça maldita que, em nome de Deus, semeia a discordia, intiga e prepára o crime com todo o descáro, escudáda na força do Vaticano, como se a Republica pudésse consentir em tal, nêste seculo de Luz, de Progresso e de Verdade.

Admirável povo, o povo português!

Eloquente, memoravel resposta, a da nação, dada á bispalhada rebélde, ao clero estupido que a acompanha, á malta que sonháva dominar na Republica, como já havia dominado na monarquia!

Vâmos agora. Cumpra-se integralmente a lei da Separação e siga o sr. ministro da justiça ávante, sem tergiversações nem vacilamentos.

Falou a rua. Dezenas de milhares de vózes se levantáram em nome da Liberdade, pedindo com entusiasmo e convicção, que duma vêz para sempre seja extinto em Portugal o clericalismo. Eia, pois. Mãos á obra. Para honra da Republica, para honra da raça portuguêsa!

* * *

Eis as mensagens que fôram entregues pelo *Gremio Luzitano* e *Associação do Registo Civil*, aos poderes constituídos, depois de aprovadas pela multidão que, no antigo Terreiro do Paço, em Lisboa, assistiu á sua leitura:

Da Associação do Registo Civil

Ex.mo sr. presidente do conselho de ministros:

A direcção da Associação do Registo Civil, promovendo esta grandiosa manifestação nacional que hoje se realisa, secundada com o auxilio moral do povo, tem o intuito de saudar em v. ex.ª todo o governo da Republica, pelas medidas energicas que teem sido adótadas contra o clero reaccionario e rebelde, e dar o mais franco apoio a todas as providencias que porventura o ministerio a que v. ex.ª dignamente preside tenha ainda de adótar... Interpretando os desejos do povo português e da Associação do Registo Civil e os sentimentos de todos os cidadãos livres, v.ex.ª dignar-se-ha transmitir estas declarações ao Parlamento a fim de que o Senado e a Camara dos Deputados saibam que pódem contar com a opinião publica, na aprovação das providencias do governo que tendam a reprimir serena e sevéramente os abusos cometidos pelos reaccinarios e a fazer cumprir e a respeitar as leis libertadoras da consciencia nacional. Tornando-se inutil e dispendiosa a legação portuguêsa junto do Vaticano, a Associação do Registo Civil, apoiada moralmente pelo povo, solicita-vos a sua imediata supressão, pois que o Estado, afirmando a supremacia do Poder Civil sobre as igrejas, dispensa todas as relações com o Vaticano, o inspirador da rebeldia dos bispos e do clero reaccionario.

Saude e Fraternidade.

Ao ex.mo sr. presidente do conselho de ministros.

A direcção da Associação do Registo Civil:—O *presidente*, Gonçalves Neves; *vice-presidente*, Adelino Furtado; *secretario*, João dos Santos; *tesoureiro*, Justino Fonsèca; *vogais*, Gomes Leite e Artur Ferreira.

Do Gremio Luzitano

Ex.mo Senhor

Ante as ameaças quasi diarias da curia romana de mandar retirar de Lisboa o nuncio, a direcção do *Gremio Lusitano*, inspirada em ponderosos motivos de dignidade nacional, entende dever associar-se ao pedido daquêles que reclamam a supressão da embaixada portuguêsa ajunto do Vaticano. Vem de longe a luta com o alto clero que se reputa ainda o delegado de Deus sobre a terra, sem ter em conta os progressos da sciencia á qual jurou uma guerra de morte á evolução das sociedades que não podem parar nem sequer estacionar, sob pena de morrerem, amortalhadas no gélido manto do passado. Se a monarquia não escasseou, em tempos idos, a coragem para arcar com a arrogancia dos bispos, mal se compreenderia que a Republica não repelisse, com pronta decisão, aquêles que, desrespeitando as leis, procuram, com os seus manejos surdos, semear a rebelião, ateando o facho da guerra civil no país. A direcção do *Gremio Lusitano* exulta em poder louvar a atitude do governo, relativamente aos prevaricadôres, e oferece-lhe o seu apoio incondicional na campanha que tiver de travar ou nas medidas que houve de tomar, para chamar á ordem os rebeldes, qualquer que seja a sua categoria, porque as leis a todos obrigam, desde os mais altos até aos mais modestos cidadãos.

O que é o papa e qual a sua situação perante os Estados? A esta interrogação, respondem triumfantemente os homens de sciencia: O Papa de Roma não é senão o chefe do sindicato catolico universal e não póde ser considerado como um soberano no sentido juridico da palavra. As convenções das concordatas não pódem ter carater de tratados internacionais. Os enviados do Papa, sejam êles quais fôrem, delegados, nuncios, etc., não devem ser considerados como verdadeiros agentes diplomaticos. A representação das nações junto do papa e as relações entre élas e os diversos governos são relações exclusivamente de direito interno e não dizem respeito ás relações diplomaticas, existentes entre as pessoas soberanas iguais e autonomas, que constituem a sociedade juridica dos povos civis. Os diversos governos teem o direito de considerar o Papa como um simples cidadão, chefe de um vasto sindicato de individuos de diferentes nacionalidades, e por consequencia, todo o acto que tender a atribuir-lhe uma soberania, embora limitada, sobre a cidade de Roma ou sobre uma qualquer porção de territorio italiano, será uma violação da independencia e da autonomia, ás quais tem direito a nação italiana Sabe-se que, apesar de todos os esforços, o Papa não pôde conseguir que o seu representante na Haia fôsse admitido na conferencia da paz, que abriu verdadeiramente a era do direito cosmopolita moderno e da legislação internacional. O Papa não logrou fazer-se reconhecer na categoria das pessoas morais soberanas, em pleno exercicio, que formam as sociedades juridicas dos povos civilisados igualmente autonomos. Esta decisão das potencias, tão claramente opostas ás tradições pontificias dos seculos passados, foi rigorosa, sob o ponto de vista juridico, por isso que nenhum chefe de religião, apenas còmo chefe de religião, era chamado ou podia mesmo sêl-o, a figurar nésta sociedade dos povos civilisados.

O corpo diplomatico constituido pelo conjuncto dos diversos governos junto do Vaticâno é absolutamente distincto do verdadeiro corpo diplomatico que reside em Roma e que é o unico acreditado junto do soberano italiano, em conformidade com as convenções e os costumes internacionaes. Os embaixadores da Austria, da Espanha, de Portugal; os ministros plenipotenciarios da Baviéra, da Belgica, da Bolivia, do Brazil, do Equador, da Costa Rica, do Chili, de Guatemala, de Monaco, de Nicaragua, do Perú, da Republica Argentina, de S. Salvador; o encarregado dos negocios da Russia, gosam de imunidades diplomaticas em Roma, mas apenas em virtude da lei italiana. Estas legações pódem, pois, desaparecer, por uma simples decisão unilateral dos poderes que representam, sem que se produza a tal respeito uma violação de qualquer pacto internacional. Por todos estes motivos espéra a direcção do *Gremio Lusitano* que o Governo, tendo em vista as justas reclamações dos seus concidadãos, envidará os seus patrioticos esforços para que seja suprimida, no mais curto prazo, a referida embaixada que, além de muito cara e luxuosa para um país pequeno, pobre e modesto, como o nosso, se está tornando um motivo de permanente ameaça, e—porque não dizel-o?—de verdadeira *chantage* por parte da Roma papal, a inimiga confessa da Republica e das suas leis.—*A Direcção do Gremio Lusitano.*

TELEGRAMAS

Do Centro Escolar Republicano

Associação do Registo Civil — Lisboa. — O Centro Escolar Republicano de Aveiro, adhere á manifestação anti-clerical que a patriotica e benemerita Associação do Registo Civil pretende levar a effeito.

Da Commissão Municipal Republicana

Associação do Registo Civil — Lisboa. — A Commissão Municipal Republicana de Aveiro resolveu adherir á manifestação anti-clerical, promovida pela Associação do Registo Civil.

Da Camara Municipal

Ministro da justiça—Lisboa— A camara municipal de Aveiro applaude a nobre attitude e toda a obra liberal de v. ex.ª, acompanhando o movimento de protesto contra a reacção e offerecendo o seu esforço para o integral triumpho da causa da Patria e da Republica, tão brilhantemente defendidas pelo pulso forte de v. ex.ª— O presidente da camara, *Brito Guimarães*.

Associação do Registo Civil—Lisboa.—Acompanhando o movimento de energico protesto contra a rebellião clerical, a camara municipal de Aveiro sauda a «Associação do Registo Civil» adherindo á sua altiva attitude e fazendo-se representar no cortejo civico da sua iniciativa pelo cidadão Delfim Guimarães.—O presidente da camara, *Brito Guimarães*.

Dr. Alfredo de Magalhães — Porto. — A camara municipal de Aveiro adhere a todo o patriotico movimento de protesto contra a reacção, applaudindo a obra de defeza da Patria, da Liberdade e da Republica feita pelo illustre ministro da justiça, e roga a v. ex.ª se digne representar-a na manifestação com que o Porto liberal mais uma vez honra ámanhã as suas tradições. O presidente, *Brito Guimarães*.

Da Junta de Parochia da freguezia da Vera-Cruz

Ministro da Justiça — Lisboa. —A junta parochial administrativa da Vera-Cruz, Aveiro, felicita v. ex.ª pela sua attitude energica contra os bispos rebeldes, cumprindo integralmente a lei da separação. O presidente, *Paula Graça.*

Insistindo

Ainda não veio até hoje, que saibâmos, resposta alguma da Comissão Central de Execução da Lei da Separação ordenando a substituição, do sr. dr. Manuel Pereira da Cruz, medico, pelo nosso correligionario, dr. André dos Reis, advogado, proposto pelo digno administrador dêste concelho, sr. Beja da Silva, para presidente da Comissão Administrativa dos Bens Eclesiasticos, mas que a intervenção do deputado Barbosa de Magalhães, a favôr do tio, colocou de fóra, dando logar ao protésto dos colégas e consequentemente ao seu pedido de demissão, que, estâmos por certos, se manterá emquanto não fôr reparado o agrávo recebido e dáda uma satisfação condigna á autoridade que, com tanta isenção, tratou do assunto.

Este facto, que em Aveiro tem dado logar a varios comentarios pouco lisongeiros para o sr. Barbosa de Magalhães, unico responsavel da troca do nosso amigo dr. André dos Reis pelo clinico Pereira da Cruz, por ser o inspirador da Comissão Central, está destinado a ter ainda maior retumbancia caso os membros déssa comissão não reconsidérem e dêem a satisfação que dévem dar ao sr. administrador do concelho, cuja lealdade e correcção de procedimento, nisto como em tudo, está acima de qualquer suspeita que por ventura lhe possam assacar aquêles que o não conhêçam de perto.

Emquanto a nós desde já declarâmos que não desistimos de reclamár para o nosso correligionario dr. André dos Reis o logar que de direito lhe pertence e do qual indevidamente foi afastado em virtude da tal politica de *compadrío* posta em pratica nas altas regiões do Estado por quem melhor devia servir as novas instituições republicanas, honrando-as e honrando-se por nélas poder vêr estabelecida a moralidade que na monarquia não existía.

E' de mais, e por isso mesmo contem comnosco.

VERDADES CRUAS

(Um pouco de historia)

Os adversarios da Republica não teem, na verdade, outra força senão a que resulta da desorientação politica de una parte dos republicanos, e esses são evidentemente os que se afastaram do programa do partido, os que com todas as suas manifestações de odio, com todo o seu ignobil culto do individualismo, com toda a vaidade que os domina, com toda a ambição que os céga, teem feito quanto pódem para demonstrarem que o nivel moral da Republica não está longe do nivel moral da monarquia...

E' sobre esses republicanos que cai em cheio a responsabilidade do fracionamento do partido, quando a sua união era por todos os motivos necessária, como é sobre êles que impende a responsabilidade de ainda existirem *paivantes* conspirando contra a Republica, pois que a sua conduta, quer no parlamento, quer na imprensa, quer no exercicio da autoridade, tem sido o melhor insitamento para todos esses mariolas perturbárem a marcha regular da Democracia, que nenhum confronto póde sofrer com aquêle regimen de traições e de roubos que defendem, e que caiu de pôdre no pantano das mais tôrpes imoralidades.

* * *

Desde muito que dentro do partido republicano se sentia o choque de duas correntes— uma radical e outra conservadôra.

Proclamáda a Republica, era natural não só que essas duas correntes mais nitidamente se acentuassem, como natural era a definição de novos pontos de vista, dando origem á formação de outros tantos grupos, consubstanciando as diversas correntes de opinião; e seja isso embora uma divisão de forças não deixa de representar o equilibrio politico dum regimen verdadeiramente democratico, baseado na soberania popular.

Simplesmente tudo tem a sua hora propria, o seu momento oportuno, e a formação dos partidos ou grupos que ahi temos dentro da Republica deu-se fóra da hora propria, foi inoportuno.

Devia esperar a completa consolidação da Republica, e depois seguir cada um o seu programa; e, mantendo-se correctamente dentro da linha dos principios, todos encaminhariam os seus honestos esforços para o fim comum—o progresso da Patria e o prestigio das novas instituições.

Trilhádo esse caminho, seguida essa orientação, a Republica, firme na sua força moral, perfeitamente edentificada com a existencia da pa-

tria, não teria a recear *paivantes* de nenhuma ordem.

* * *

Outra porém, muito outra, foi a rotina seguida por parte de muitos republicanos.

A ambição e a vaidade, o despeito e o odio, envenenaram o ambiente, viéram pôr uma mancha na mais béla pagina de toda a historia da emancipação dos povos, fazendo uma obra detestavel, anti-republicana, anti-patriotica.

A coerencia deixou-se a escorrer sangue; as questões pessoaes, com toda a sua irritante paixão, antepozeram-se aos superiores interesses da Patria e da Republica; os principios fizeram-se em farrapos e eis por isso, tantos homens inteligentes, velhos companheiros das barricadas do pensamento, nos tempos da demolição monarquica, e que á Democracia podiam prestar os mais valiosos serviços, empenhados na ingloria tarefa do descredito e da aniquilação de antigos apostolos do ideal republicano, simplesmente porque esses homens que tambem fôram cabouqueiros da Republica, teem valor autentico, possuem a consideração da opinião publica, e pódem contrariar as suas ambições. Bernardino Machado o austéro democrata, que atravessou limpo o pantano da monarquia, foi uma das primeiras vitimas dêssa revoltante campanha de odios que ahi vem travada.

Simplesmente triste!

Esse homem de elevada envergadura moral em quem já mais se atreveram a morder os mais audazes cães assalariados da corruta monarquia dos adeantamentos, veio encontrar dentro da Republica, entre os seus velhos companheiros de lucta, acompanhados de reaccionarios e monarquicos mal caracterisados com o vermelhão republicano, quem buscasse deprimir-lhe a sua obra incessantemente republicana, e apoucar-lhe a indiscutivel grandêsa moral, alvejando-o com as mais tôrpes calunias, com as mais réles insidias!

Bernardino Machado não nos conhece, nem precisa da nossa humilde defeza.

Como, porém, a sua obra de estadista seja bem a continuação da sua obra de propagandista nos tempos em que muitos dos seus censôres de hoje ou se escondiam atraz das conveniencias, ou andavam de cocoras diante da monarquia, e como atacar essa obra seja atacar a propria Republica, como seu humilde mas sincero soldado, não deixâmos passar sem o nosso protesto a guerra odiosa que lhe é feita, mostrando em nosso primeiro artigo toda a flagrancia da sua injustiça.

J. Rodrigues Lourenço.

Club Mario Duarte

Reuniu a assembleia geral désta casa de recreio, para eleição dos seus corpos gerentes, que deu o seguinte resultado:

DIRECÇÃO

Presidente—Mario Duarte.
Secretario—José Gonçalves de Queiroz.
Thesoureiro—Alberto da Cunha Azevedo.
Vogaes—Carlos Mendonça e Silva, A. H. Maximo Junior, Antonio da Rocha.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente—Dr. Antonio Fernandes Duarte Silva.
Secretarios—Silverio de Magalhães e Manuel Sacramento.

Infanteria 24

Na parte do edificio destinado aos asilados acha-se já instalado o primeiro batalhão de infanteria 24, continuando o resto do regimento no quartel de Sá, onde tambem se encontra cavalaria 8.

Esta divisão de forças, que além do aumento de serviço, pois que o duplíca, avoluma despezas notavelmente, com justo descontentamento de oficiaes, sargentos e praças e prejuizo dos cofres do Estado, podia facilmente modificar-se, se a câmara, para quem apelâmos e que tantas e tão sobêjas provas tem dado pelos interesses da cidade e bem estar dos seus municipes, salvo melhor orientação, julgásse e resolvesse segundo a opinião, que passâmos a expôr:

A amplitude do edificio para os asilados de ambos os sexos é bastante para comportar todo o regimento de infanteria.

Foi essa a nossa opinião aqui expendida e a prova aí a têmos, pois a força, já alí aquartelada, acha-se á vontade, podendo até ser maior o numero de praças sem que essa circunstancia trouxesse qualquer prejuizo, a avaliar pelo que ouvimos dos proprios oficiaes, melhor entendidos sobre o caso.

Facilmente desaparceriam as atuais exigencias de serviço, que como dizemos, duplicando-o, enfada e violenta, assim como o aumento de despeza cessaría, se todo o edificio fôsse aplicado a recolher o efectivo do regimento.

Diminuta será a despeza a fazer com qualquer modificação a aplicar e chega a ser condenavel que não se tenha de comêço tomado esta resolução, dando outro alojamento a meia duzia de meninos que alí vivem mais que comodamente, ocupando um edificio daquéla grandêza, quando no extinto convento de Jesus se poderiam acomodar confortavel e higienicamente, como alí vivêram já, por largos anos, centênas de creanças, freiras, professôras e creadas.

Este edificio, que muito bem conhecêmos, conta além de vastas salas, que pódem servir para dormitorios, bastando para isso apenas duas, tal é a sua grandêza e o reduzido numero de asilados, muitos compartimentos que seríam aplicados ás aulas e residencia do director e prefeito sem influir na parte destinada atualmente ás escólas ou a qualquer outra aplicação que se resolvêsse de futuro.

O que atualmente está não póde continuar por todas as razões e estâmos certos que se procurará, sem duvida, dar o remedio mais pronto á situação. E esse remedio será, indiscutivelmente, o que aqui indicâmos:—arrumem-se os meninos onde possam ficar e aplique-se o edificio ao que se torna util, economico e indispensavel em proveito de todos.

Bailes carnavalescos

Propõe-se a atual empreza do *Teatro Aveirense* organisar uma série de luzidos bailes, o primeiro dos quais se realiza no proximo domingo. A' semilhança do que se faz em Lisboa e Porto será ornamentado e profusamente iluminado o teatro, conjugando-se os requesitos indispensaveis para que essas diversões sejam interessantes e a élas possam concorrer, sem preocupações, todas as familias distintas de Aveiro.

Para mais comodidade, haverá no teatro serviço completo de *bufet*, podendo igualmente lá adquirir-se serpentinas, confeti, bonbons e tudo quanto sirva aos jogos de carnaval.

Os bailes no *Teatro Aveirense* serão, estâmos certos, dignos da nossa primeira casa de espetáculos e do nosso publico, que terá ensejo de passar ali algumas horas aprasiveis.

* * *

No salão de ensaio da Banda dos Voluntarios haverá tambem este ano, atraentes bailes organisados por uma comissão de rapazes, artistas désta cidade, os quais se esfórçam por lhes imprimir o maior brilho possivel.

FÓRA DA LEI

O *Diário do Governo* publicou um decreto pelo qual são mandados saír por dois anos dos respétivos distritos, os srs. drs. Antonio Alves Ferreira, bispo de Vizeu, e José Alves Matoso, governador do bispado de Coimbra, por terem publicdáo, sem o beneplacito, o primeiro uma pastoral e o segundo uma circular, condenando as associações cultuais.

Nunca as mãos dôam ao ministro que tem assinádo tais documentos, a vêr se os coroádos entram nos eixos.

Pela imprensa

Completou o primeiro ano de existencia o nosso coléga de Oliveira de Azemeis, *O Radical*, activo e denodado campeão da democracia.

Cumprimentâmol-o afetuosamente.

=Saíu o n.º 12 do *Arquive Republicano*, revista mensal dirigida por Victor de Souza, quo traz interessante colaboração, o retrato do presidente de conselho de ministros, dr. Augusto de Vasconcélos, em *separata*, com artigo biográfico, além de outros escritos, ainda sobre a revolução de outubro, etc.

Recomendâmos o *Arquivo* aos nossos correligionários.

Mais presos em liberdade

Por ordem do sr. juiz de investigação, Costa Gonçalves, saíram da prisão mais os seguintes presumidos conspiradores: Constantino Nogueira da Silva, da Mamarrosa; padre João Francisco Moreira, idem; Armando Simões Gapo, idem; Manuel Francisco Ferreira, de Bustos; Herculano da Silva, idem; Antonio dos Santos Barrôco, do Sobreiro; Antonio Duarte, de Albergaria-a-Velha; padre Antonio Ferreira da Rocha, prior de Sangalhos e Antonio Caiado, de Oliveira do Bairro.

Continuâmos a não comentar.

Calendário-brinde

Da conceituada e bem conhecida fabrica de bolacha da Pampulha, hoje pertencente ao sr. Eduardo Costa, recebêmos um magnifico crómo representativo da proclamação da Republica no parlamento, com calendario aderente, o que agradecêmos, dando ao sr. Costa, nosso velho correligionario, parabens pela ideia que têve.

Arborisação

A comissão administrativa municipal mandou limpar todas as arvores existentes nas ruas e praças da cidade, contratando para esse fim pessoal habilitado e o encarregado de derigir o mesmo serviço em Coimbra.

Louvâmol-a, pois demonstrou nisto, como em tudo quanto tem feito, o maior enpenho de elevar a nossa terra ao nivel a que os politicos monarquicos nunca conseguiram que éla chegásse.

UM BUSTO

Dizem-nos que por iniciativa do *Bébes*—o assás lembrado orador do comicio da Fogueira e jornalista católico-socialista—fôra colocado em exposição no patamar superior da escadaría que dá acésso á agencia do Banco de Portugal, o busto da Republica, trabalhado por Artur Prat, a que, em tempo, aqui fizémos referencia, mostrando-se muita gente admiráda por a obra do genial artista só ter encontrádo logar em Aveiro, para ser exposta, no alto de uma escada.

Realmente o caso presta-se a reparos. Mas desde que se reflita bem, hão-de concordar aquêles que desejam vêr engrandecidos os trabalhos de Artur Prat, que da cabeça do *Bébes* não podia saír outra coisa.

Se já na Fogueira o retrato do rei andou aos trambolhões por entre as pipas de vinho destinado a imprimir calôr aos pobres de espirito que lhe aplaudiam as baboseiras...

Sessão da Comissão Administrativa Municipal d'Aveiro, de 11 de janeiro de 1912.

Presidencia do cidadão dr. Luis de Brito Guimarães. Compareceram os vogaes Manuel Augusto da Silva, José da Fonseca Prat, Pompilio Ratola, Sebastião de Figueiredo e Teixeira Ramalho.

Lida e aprovada em minuta a acta da sessão anterior, fôram presentes e deferidos:

Requerimentos de Manuel Fernandes Vieira Batista, de Aveiro; Joaquim Marques, de Mamodeiro; Manuel Ferreira da Cruz Novo, de S. Bernardo; e Maria de Jesus, de Eirol, para licença e alinhamento em construções;

Do dr. Diniz Severo Correia e Carvalho, antigo administrador deste concelho, solicitando atestado do seu comportamento moral e civil, que a camara julgou bom;

Da comissão parochial de Nariz pedindo a reparação de que carecem a estrada e fontes daquéla freguezia, reparação que se ordenou;

Dos moradores do bairro de Sá solicitando tambem um concerto na fonte do Senhor das Barrócas, e que foi atendido;

De Abel Salgado, residente em Esgueira, para se lhe atestar a pobresa, que a comissão parochial da mesma freguezia confirma; e

De João José de Oliveira, da Quinta do Gato, queixando-se de que Manuel Felizardo, do mesmo logar, construiu um muro em propriedade que possue, sem prévia autorisação, obra que os srs. presidente e vice-presidente fôram pessoalmente inspécionar verificando não ser das suas atribuições autorisar ou impedir.

Havendo duvidas na interpretação da postura de 22 de novembro de 94 com relação ao pagamento das taxas de entrada de vehiculos estranhos ao concelho, a camara resolveu esclarecer por editaes que éla se não refere só aos vehiculos de carga, mas a todos que, de fóra do concelho, entrem na cidade e sejam de que categoria fôrem.

Por proposta do ex.mo presidente, atendendo aos beneficios que dêla derivarão e aproveitando as circunstancias especiaes que do alojamento dos professores primarios no edificio do convento de Jesus provém, pois dêle resulta a economia do arrendamento de casas proprias, a camara deliberou solicitar do governo a creação de uma escola primaria, mixta, na Quinta do Gato, concorrendo para éla com a casa necessaria e o material escolar indispensavel.

Convindo tambem atender a petição do comercio local, prejudicado pelo novo horario, que o obriga a fechar mais cêdo, a camara resolveu chamar para o caso a atenção do sr. comissario de policia, solicitando se estabeleça aquéla hora com o retardamento dos 37 minutos que os relogios levam de avanço.

Mais resolveu a camara proceder ao córte das quatro antigas arvores existentes a norte da Praça da Republica, e bem assim ao de outras do Largo de Camões, substituindo estas pelas de nova aquisição; e

Fazer desde já a requisição, á estação competente, de dois cavalos reproductores para o posto de Cacia.

A azemula, que inesperadamente apareceu na arêna da imprensa, aos zurros e aos coices a tudo e contra todos que lhe conhecêram e apreciáram as mânhas, depois de chicoteada, como merecia, não tornou a fazer as celebres correspondencias, que, sem duvida, mais umas pedras para os alicerces da... estrebaría que no futuro a espéra.

Agora anda pelo norte—*pastando em novas campinas*... Não desmentiu, com essa prova, o seu antigo e já inalteravel feitio. Hade morrer assim, o emérito idiota.

Errâram o alvo—affirmáva o palerma com aquéla *fuça* que não engana. *Supõem-me o autor das correspondencias, mas estão muito longe da verdade.*

Tão longe realmente, estávamos dêssa verdade, que quando o apertámos a valer, tapou-se logo a valvula da calunia e do fél, que ha muito escorre por toda a parte a repelente personagem.

Fóra malandro!

NOTAS DA CARTEIRA

Estivéram nésta cidade os srs. José Mendes Leal, da Quinta do Picado; Manuel Antonio da Silva, do Carregal; dr. Abilio Justiça, medico em Coimbra; Manuel da Cruz Manuelão, ex-regedor da Oliveirinha; dr. Eduardo de Moura, medico municipal em Eixo; dr. Diniz Severo, idem; Elias Marques Mostardinha Junior, da Oliveirinha, etc., etc.

=Parte na segunda-feira para Loanda, acompanhada dos seus interessantes filhinhos, a sr.ª D. Violêta Vieira da Costa, dedicada esposa do nosso presado amigo, Francisco Vieira da Costa, que já ali se encontra desde o mez findo.

Desejâmos-lhes a mais feliz viagem.

=No passado dia 12 teve logar o primeiro aniversario natalicio da galante filhinha do nosso correspondente em Pinheiro, Antonio de Brito.

Compreendendo a intensa alegria de seus paes e avós de quem a festejada é o enlêvo, apresentâmos as nossas cordeais felicitações, fazendo ardentes votos para que o destino atapéte de inebriantes venturas a estrada da vida da adoravel creancinha.

=Acha-se retido em casa com uma forte constipação o ilustre oficial de Marinha, sr. Julio Ribeiro de Almeida, governador civil do districto.

=Faz anos depois de ámanhã, o nosso amigo e assinante, sr. Jeronimo Ribeiro das Neves, que em Manaus se emprega na Panificação Amazonense.

Damos-lhe sincéros parabens.

Espetaculos

Anunciam-se para bréve dois espetáculos por uma companhia de Lisboa, em *tornée* pela provincia, que se propõe levar á cêna o *Homem das Mangas*, e o *Amôr de Perdição*.

A assinatura já se encontra aberta na *Tabacaria Havanêsa*, onde bastantes pessoas teem afluido a tomar logares.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

JANEIRO	
DIAS	PHARMACIAS
21	ALLA
28	BRITO

VENTOSAS

Olá! leitôr, o que é feito?
Um ano já sem te vêr...
Bôas-Festas? Bom proveito.
Saúde, pintos, prazêr...
Honras só... cança do peito.

Olha o Marques sapateiro!
Como vai essa católica?
O Antonio Zé? Que brejeiro!...
Aquela foi diabólica...
Ias agora ao poleiro

Que éra de lambêr o dêdo.
Mas... O' Brazalaia! anda cá!
Um abraço meu penêdo!
Então como vais por lá?...
Como Pilatos no crêdo?

Ora o Pitôrra... que aspecto!
Fazes muita asneira ainda?
E' vicio... nem por decrêto...
Quem ali vem! A Delminda!...
E a mulher do Anicéto...

E' cachopa! como vais?
Estás mesmo de chupêta...
O Gerico!—*Perdoáis!...*
Esses ossos Mijareta,
Que fizéste aos atafais?

....

* * *

Necrologia

Finou-se no ultimo sabado, depois de alguns dias de sofrimento, a esposa do sr. José do Nascimento Ferreira Leitão e mãe dos nossos amigos, srs. Manuel do Nascimento Leitão, activo comerciante local e dr. Antonio Leitão, medico militar em Macau, a quem daqui acompanhâmos, bem como á de mais familia, na dôr que a todos compunge.

Comunicados

As ruas de Cacia

Sobre este importante assunto, diz o nosso amigo e correligionario, sr. V. S. Matos, no *O Democrata* de 10 de novembro ultimo, que a comissão da subscrição, no Pará, para melhoramentos de Cacia, devia estender esses melhoramentos aos logares de Vilarinho e Póvoa.

Realmente assim devia ser, não só pelo facto de ali residirem alguns amigos a quem consideramos, como tambem por os ditos logares pertencerem á freguezia.

Mas como todos devem saber, a nossa subscrição aqui pouco poderá passar além de 200$000 réis fortes, cuja quantia não chega para a colocação de 30 candieiros, 15 para Cacia e 15 para Sarrazola, como era nosso desejo; por isso o numero dêstes terá de ser menor, visto não termos em Lisboa e Cacia, quem nos auxilie.

Esta comissão estimaría bastante quem a auxiliasse, como era justo que sucedesse, visto os melhoramentos serem uteis a todos; mas tal não acontece, infelizmente, antes pelo contrario, o que tem aparecido é quem queira aumentar a despeza projétada.

Quando nos propuzémos abrir a subscrição aqui, julgámos que teriamos quem nos auxiliasse, principalmente em Lisboa, visto residir ali um grande numero de Cacienses alguns dos quais não lhe faria falta qualquer quantia para tão util fim.

Julgámos mais: que nenhum filho de Cacia se recusaria a concorrer com qualquer esportula para a iluminação pública. Porém, tal não aconteceu; aqui encontrámos quatro cidadãos que se recusáram a subscrever e em Lisboa nem ao menos se manifestáram!

Houve, contudo, em Lisboa, um cidadão, que não sendo filho de Cacia, se manifestou no *Democrata* a favor dos melhoramentos e que estava pronto a auxiliar a subscrição; este merécc os nossos aplausos.

Quanto ás placas para as ruas de Vilarinho e Póvoa, isso depende da generosidade do nosso bom patriota e amigo, sr. José Maria Tavares; mas nós entendemos que já não é pequeno o sacrificio que êle fáz em comprar á sua custa 34 placas para 17 ruas, que tantas são as precisas em Sarrazola, Cacia e Quintã, as quais a 1$200 réis fortes cada uma, prefáz a quantia de 40$800 réis, não incluindo nésta soma, a despêsa com a colocação, etc.

Já vê o meu amigo sr. V. S. Matos que não ha rasão para nos exigir mais despêsas que as projétadas, visto ahi ninguem querer sacrificar-se em prol dos melhoramentos locais.

Agora aparece-nos mais um amigo no *Jornal de Estarreja* solicitando de nós, em nome de alguns descontentes, que o logar da Quintã deve ter 3 ruas e não duas, como tinha nos projétado. Pois bem; como esse aumento de despeza é insignificante, o sr. José Maria Tavares, que é assás revestido de um verdadeiro patriotismo, acedeu de bom grado ao que lhe solicitou o digno correspondente de Cacia para o *Jornal de Estarreja*, de 25 de novembro ultimo, em dividir em duas a *rua da Páz*, a qual ficará com êste nome desde as Barrócas até á casa da sr.ª Esteva; e désta até á ultima casa que vai para Taboeira, ficará sendo *Rua da Liberdade*.

Fica portanto satisfeita a vontade de todos os nossos amigos que se manifestaram a tal respeito.

Pará, 16—12—911.

J. J. Nunes da Silva.

* * *

Continuação da subscrição aberta no Pará para aquisição de candieiros para a iluminação pública das ruas de Cacia e Sarrazola.

Total subscrito.....	638$000
Joaquim da Silva Garganta, de Veiros..............	5$000
José Luciano Lagoeiro, de Veiros....	5$000
Manuel Rodrigues Tavares	5$000
Domingos da Silva Maia, da Murtoza.................	10$000
Total..............	663$000

(Continúa)

Pará, 16—12—911.

A Comissão,
José Maria Tavares
Sebastião Martins da Silva.
Francisco Pereira da Silva
J. J. Nunes da Silva

CORRESPONDENCIAS

Quissol, 24-XII-911.

Regressou a Malange a coluna que ha mêses tinha seguido para Cassange a bater o gentío daquéla vastissima região, ainda insubmissa á autoridade portuguêsa.

Segundo informações do sr. governador do districto, que acompanhou a coluna, ficou aquéla pacificada, não permitindo, porém, que se abram casas comerciais fóra das zônas dos postos militares que lá deixou, o que achamos justo, pelo menos até vêr a atitude que o gentío toma durante algum tempo.

São dignos de elogío todos os oficiaes que fisêram parte da coluna, e que são os srs. capitão Azevedo, tenentes Ramos Coelho, Lapa, Sebes, Varela, Quintanilha e Izidoro e os alferes Barbosa e Sequeira.

O sr. tenente Quintanilha é aquêle oficial a que me refiro na minha correspondencia de 22 de agosto passado, acusando-o de querer aliciar sargentos e cabos, na Lunda, para tentar um levantamento contra as instituições vigentes.

Como este boato chegásse ao seu conhecimento, pediu o referido oficial que se fisésse uma sindicancia aos seus actos, no que foi atendido, sendo encarregado de a fazer o nosso ilustre amigo e distinto oficial do exercito, sr. capitão Ivo Ferreira, que nada apurou que comprometesse o sr. tenente Quintanilha.

Antes assim; pois que, quando démos a noticia para este jornal e *Republica* foi sem intuito de melindrar, e sómente com o desêjo de assegurar a estabilidade do novo ideal redentor.

Parece que contra o sr. capitão Ivo Ferreira se urdiu, em Malange, uma ca-

lunia, simplesmente para o arredar do governo militar de Cassange, para onde estáva convidado a ir, pois logo que o sr. governador Utra Machado dali regressou, fez-lhe saber que já não podia ir para lá no que êle se sentiu, com justa razão, maguado, seguindo para Loanda, afim de levantar a calunia que lhe foi assacada.

Aguardâmos os acontecimentos, para depois falarmos e fazer justiça a quem a tivér.

=Victimados por uma congestão cerebral, o primeiro, e por uma biliosa, o segundo, falecêram ha dias, no Quissol, os srs. Alfredo Chantelanar e Manuel Lopes Leal, empregados comerciais.

=Foi eleito presidente da Associação Comercial de Lunda, o sr. Antonio José da Silva, e para vice-presidente o sr. Antonio Pinto de Sousa Santos, nossos bons amigos.

Acacio Simões.

Albergaria-a-Velha, 8

(Retardada)

A'cêrca de quinze dias chegaram a esta vila, vindos de Aveiro, onde se achavam presos, ha 2 mezes e meio, os cidadãos: padre J. Luis, J. de Pinho, A. de Pinho e J. Vidal. Tiveram á sua chegada uma manifestação muito entusiasta e enternecida. Quizeram os seus muitos e dedicados amigos mostrar-lhes a satisfação que sentiam ao vêl-os regressar ao seio de suas familias, protestando assim por uma fórma altiva, mas ordeira, contra a injustiça de que foram vitimas. Natural era, pois, que este povo tão doloridamente impressionado, ostensivamente se manifestasse em relances de sentida estima, acarinhando aqueles quatro sequestrados para quem a sorte bem madrasta foi, durante tantos dias de cativeiro, ao passo que outros individuos na mesma ocasião detidos e, segundo dizem, compartes na mesma *panelinha conspirateira*, foram postos em liberdade, poucos dias depois da sua prisão, o que, de passagem se diga, mais não foi do que um acto de justiça. Porém, mais equitativo seria que todos fôssem tratados com igual solicitude ou severidade, pois, sobranceira a mesquinhas paixões, pairar deve a acção da justiça, amaciada, embora, em seus ditames retilineos, por aqueles sentimentos de humanidade que são apanagio das almas bem formadas, sem desaire da equidade. Emfim o tempo que tudo cura e aclara ha de trazer a publico os motivos bastantes de factos desviados até agora da súa sequencia natural e logica.

Apareceu no numero 33 do *Jornal de Albergaria*, a copia da representação que uma comissão delegada do Centro Republicano desta vila foi entregar ao sr. Governador Civil. Com a devida licença vamos para aqui transcrever algumas das suas passagens, em *fórma de venerando acordão*, tão apreciaveis pela belêsa da fórma e excelencia das ideias, unicamente para que os nossos leitores não julguem que inventamos, ou que para este lugar vimos chacotear com cousas sérias e tão graves que até eram enderessadas ao sr. Governador Civil. Résam assim os chorudos e ponderados considerandos que as uberrimas entranhas do Centro Republicano desta vila deitaram cá para fóra, depois de solenemente discutidos perante o sinedrio augusto daquela corporação.

Considerando :

—Que sendo um agregado das suas forças *vivas a que dentro da sua séde tem o direito livre de discussão no sentido da pugnação pela defeza das necessidades* materiais e morais do concelho :

—Que como agregado êle representa *a maioria do concelho pela influencia moral que dêle irradia como grupo e pela força moral que irradia de cada* um dos associados, homens livres e independentes !

Que uma correspondencia do Pinheiro para o *Seculo* e outra desta vila para o *Progresso de Aveiro* se tornam éco duma campanha que contra o actual administrador se move.

... Protesta contra essa campanha, porque se alguma rasão de queixa houvésse contra o administrador actual, *devia ser trazida a este centro para ser apreciada !!!* e *arroga-se o direito !!!* como unica associação republicana deste concelho e *como representante unico!! actualmente constituido, dos interesses do concelho !!! a escolha do seu administrador !!!*

Os pontos são nossos.

E para deleitarem os ouvidos do sr. Governador Civil com este primor de estylo e senso, abalaram de carro, de aqui para Aveiro, mais de uma duzia de cidadãos, deixando, á matroca, o governo das suas casas ! Já é vontade de dar na vista, fazendo tolices. Dora avante, segundo a deliberação assente do Centro Republicano, nenhum cidadão deste concelho poderá fazer correr as suas queixas contra o administrador, sem primeiro as sujeitar á sabia apreciação daquela conspicua coletividade. E' uma especie de beneplacito ou beijamão que se não dever perder de vista.

Só depois daquela bem cabida formalidade, as queixas subirão á presença do sr. Governador Civil ou Ministro do Interior. E fica abolida a praxe em contrário.

Nos tempos da ominosa monarquia, quando nem pelo cheiro se descobria sequer um dos tais *republicanos independentes* era uzança velha, cá no burgo, dirigirmo-nos á camara, como *unico representante dos interesses do concelho*, pedindo providencias ; agora não, tudo mudou. O centro republicano tirou-lhe a vêz. Quem pretender alguma cousa sobre alinhamentos, aguas, limpeza das ruas, tem de se entender ali com a direção do centro que é quem *todo lo manda*, na qualidade *de representante unico dos interesses do concelho !*

Logo que o sr. dr. José Lemos largue o penacho de administrador, o pretendente á posta dos 30 *milheiros* dirige-se ao Centro Republicano que tem o *direito de escolha da autoridade*, apresenta o seu memorial, e, só depois de dado esse passo, é que vai bater á porta do Governador Civil ou Ministro do Interior, para lhe confirmarem, por um decreto, a indicação do centro installado ali á boquinha da Praça ! E escrevem-se estas cousas e publicam-se debaixo do céu, onde dizem que está o Senhor ! E entrega-se isto ao sr. Governador Civil, sem o perigo de uma apoplexia fulminante e redentora, ao menos para decoro desta terra !

Ha ainda outra parte da representação que precisamos frisar e que, quanto a nós, briga com o caráter e seriedade de muitos cavalheiros portadores da representação, sem querermos, com este reparo, entrarmos na apreciação da consciencia ou inconsciencia com que aceitaram, no ponto em questão, a incumbencia de mandatarios do dito centro.

Partindo do principio de que todos aqueles cidadãos tinham o dever de conhecerem o conteúdo da representação, como é que alguns daqueles individuos parecem associar-se no protesto contra a campanha movida ao administrador, pondo em duvida que existam queixas contra este ? Qual a altivez de carater, o pudor mesmo dessa gente, que, ainda ha pouco, deixou de enxugar as ultimas lagrimas vertidas por algum filho, cunhado ou irmão, vitimas da injustiça mais revoltante que tem afrontado o povo da nossa terra ?! Como é que outros individuos assim procederam, e na manifestação aqui feita aos presos, em publico lhes déram abraços tão repassados de ternura ? Como, a respeito de tantos êles, poderemos harmonisar as palavras da representação com sentimentos e actos em conflito tão manifesto ?

Para isto ha unica resposta. Vem na *Ratazzi a vôo de passara* do imortal Camilo, em que êle responde triunfantemente áquela princeza com uma palavra onomatopaica, e que, por sinal, até rima, a proposito do estropeamento que êla cometeu na sua obra—*Portugal à vol d'oiseau*, chamando a Salvaterra—*Salvatorra !* Ora...

C.

Alquerubim, 15

Estão suspensas as obras da igreja desta freguezia por não estar ainda aprovado o orçamento para a sua continuação, que é de grande necessidade, para evitar que se estraguem muitos materiaes que já estão pagos. O rigoroso inverno foi a causa de não estar coberta, até 31 de dezembro passado, a capéla-mór.

As verbas para a conclusão da obra são as que já fôram aprovadas no orçamento do ano passado, e que não puderam gastar-se por falta do tempo, que era pouco, e do rigoroso inverno.

Se sua ex.ª o sr. governador civil visse as obras e os materiaes que estão prontos a ser nêla empregados, sería o primeiro a dizer que era necessaria a conclusão de tal obra para evitar um grande prejuizo á paroquia se a obra não se conclue. Se o governo consentir que se acabem taes obras, terá sempre a seu favor as simpatias do povo désta freguezia.

= Para comemorar o 2.º aniversario do falecimento da esposa do sr. Manuel Maria Amador, foi hoje celebrada uma missa.

O acto foi muito concorrido, assistindo tambem a sr.ª D. Aduzinda Amador e Pinho, seu marido o ex.^{mo} sr. David José de Pinho, filha e genro da saudosa extincta. Tambem assistiram os dois netinhos mais novos. Distribuiram-se esmolas aos pobres, depois da visita ao cemiterio, onde repousa, em jazigo proprio, o cadaver da desditosa senhora.

C.

Cacia, 16

Com curta demóra esteve na sua casa em Sarrazola, o nosso amigo, sr. dr. Antonio Maria Marques da Costa, deputado por Oliveira de Azemeis, que ontem regressou a Lisboa.

=Felicitâmos o sr. José Simões de Miranda pela sua nomeação de regedor désta freguezia, cuja escôlha não ha duvida que foi acertada por recaír num cidadão recto e de caracter.

=Tem-se sentido nos ultimos dias bastante frio, conservando-se o de hoje nublado, como que a ameaçar chuva.

Com certeza temol-a.

=Recebêmos noticias de alguns amigos de além-mar, que se não esqueceram de nos enviar as boas-festas, e a quem dêste cantinho do jornal agradecêmos, fazendo votos pelas prosperidades de todos.

= Consta que vai ser em bréve nomeada a comissão cultual désta freguezia, falando-se já em alguns nomes que a devem formar.

Dirêmos depois.

= Todos os nossos correligionarios andam imensamente satisfeitos com a atitude do governo e, em especial, do sr. ministro da justiça, no caso da rebeldía dos bispos, o que nos aprás registar, compartilhando tambem, por sentimento, das francas demonstrações de solidariedade que lhe tem sida dadas pelo povo português.

C.

Pinheiro, 17

Entre os homens liberaes désta região, tem produzido o melhor efeito as medidas adoptadas pelo nobre ministro da justiça, em face da atitude da manifesta revolta contra as instituições e as suas leis por parte da reáção clerical.

O sr. ministro da justiça tem o direito de contar com o apôio decidido de toda a opinião liberal do pais, independente de outra qualquer orientação politica—pois nêsta luta não se combate em exclusivo inimigos da Republica, mas inimigos de todas as manifestações liberais, quer êlas se expandam dentro duma Republica ou dentro duma monarquia.

Lá foi o tempo em que a egreja fôra um Estado dentro doutro Estado.

Pela nossa parte exaltâmos a nobre atitude do governo, na pessoa do sr. ministro da justiça, com quem nos identificâmos nas suas decididas providencias em defêsa do prestígio da Republica e da intangibilidade dos nossos direitos de liberdade de consciencia e pensamento.

=Partiu para Coimbra o laureado alumno do 6.º ano do liceu central daquela cidade, o sr. Antonio Dias Leite, residente em S. João de Loure.

= Com um pertinás ataque de reúmatismo agúdo, aguarda o leito, nas Azenhas, o nosso amigo Antonio Lopes, proprietario dalí.

Fazêmos votos pelas suas rápidas melhoras.

= Tambem tem estado gravemente enferma uma filha do sr. Joaquim Barbosa.

E' seu medico assistente o distinto clinico, dr. Lourenço Peixinho.

Fazemos votos pelos alivios da doente.

= Continúa a experimentar algumas melhoras o nosso amigo, Francisco Martins Sant'Ana, das Azenhas o que sincéramente estimâmos.

=Realizou-se na passada terça-feira, a tradicional festividade dos Santos Martires, em Travassô, que costuma atraír muito povo, e que deveria avolumar-se este ano atendendo aos comboios a preços reduzidos que a companhia do Vale Vouga fez, se o tempo terrivel não tivésse tudo dificultado.

= Vindo ha pouco de Benguela encontra-se entre nós, o sr. dr. Arnaldo Lemos.

Felicitâmos toda a sua ex.^{ma} familia e cumprimentâmol-o muito cordealmente.

= Contraíram matrimonio, em Alquerubim, a sr.ª D. Alzira da Silva Melo, com o ilustre capitão de marinha mercante, sr. Francisco Thomaz da Rocha, natural de Ilhavo. Depois da cerimonia que foi civil e religiosa, os noivos seguiram para a Foz do Douro, onde fixam residencia.

Desejâmos as maiores venturas e felicidades.

= Foi aqui apreciado, por quem o compreendeu, o artigo do sr. Humberto Beça, sobre a alteração da hora e publicado no penultimo numero do *Democrata*.

E' um trabalho dos mais completos que tem aparecido na imprensa.

= Encontra-se doente, gravemente, o nosso amigo, José de Oliveira Matoso, de Beduido.

Desejâmos o seu rápido restabelecimento.

= Na avançada edade de 89 anos faleceu hoje o pae do nosso amigo Manuel Dias dos Reis, importante capitalista residente em Fontes, Alquerubim. Acompanhou o prestito funebre a musica *Velha-União*, tendo sido muito concorrido o seu funeral.

Apresentamos a toda a familia enlutada os nossos sinceros pezames.

C.

ÉDITOS

(2.ª PUBLICAÇÃO)

Por este juizo de direito, escrivão Marques, corre seus termos uma acção ordinária contra incertos e o Ministerio Publico, em que são autores Caetano da Costa Santos, tambem conhecido por Caetano da Costa e mulher Joana Rita; Maria Joana do Arraes, viuva; Manuel Nunes Morgado e mulher Maria de Jesus; Manuel José Francisco da Silvéria e mulher Maria Rosa Rita; e José Afonso Belado, e mulher Rosa Rita, todos moradores na freguezia e concelho de Ilhavo, os quaes alegam: Que são senhores e possuidores e têm, desde tempos imemoriaes, a posse exclusiva das aguas que nascem no logar da Prêsa, de Ilhavo, e que formando uma pequena levada ou corrente não navegavel nem flutuavel, vem, seguindo do sul para norte, agitar os moinhos dos autores, e do direito correspondente, ou quiçá a obrigação de limpar e reparar a vala e leito por onde aquélas aguas decorrem, direitos que até hoje têm exercido continua, pública e pacificamente sem oposição de pessoa alguma, e que têm sido reconhecidos por factos pelos proprietarios marginaes da levada e que os proprios tribunaes já têm reconhecido. E concluem pedindo que a acção seja julgada procedente e provada e consequentemente justificado o direito dos autores ao uso e posse exclusiva das aguas referidas, desde a sua nascente até ao moinho dos autores quasi proximo da fóz, com custas pelos autores, não havendo contestação, ou pelos vencidos, havendo-a.

Por isso correm éditos de trinta dias a contar da segunda e ultima publicação dêste anuncio, citando os interessados incertos para, na segunda audiencia posterior ao prazo dos éditos, vêrem acusar a citação e marcar-se-lhes a terceira audiencia para contestarem, querendo, seguindo-se os mais termos do processo.

As audiencias nêste juizo fazem-se em todas as segundas e quintas-feiras, não sendo dias feriados, pelas 10 horas da manhã, na sala do tribunal judicial, sito na Praça da Republica, da cidade de Aveiro.

Aveiro, 23 de dezembro de 1911.

Verifiquei

O juiz de direito

Regalão.

O escrivão,

Francisco Marques da Silva.

Capitanía do porto

Silverio Ribeiro da Rocha e Cunha, 1.º tenente de Marinha e capitão do porto de Aveiro

Faço saber que a partir do dia 15 do corrente se acha aberto nésta Capitanía o concurso para a construção de duas bateiras destinadas ao serviço de fiscalisação da Ria segundo as condições que se pódem vêr na mesma Capitanía em todos os dias uteis desde as 9 horas e meia ás 15 horas e meia.

Os individuos que desejárem concorrer deverão entregar as suas propostas em carta fechada, lacrada e selada, no edificio da Capitanía até ás 15 horas do dia 25 do corrente.

A importancia do deposito provisorio, que deverá ser feito até ás 12 horas do dia 26 do corrente no edificio da Capitanía, é de 2$250 réis.

A abertura das propostas terá logar no edificio da Capitanía ás 15 horas e meia do referido dia 26 do corrente.

Só poderão ser admitidos a concurso os individuos que exerçam a profissão de constrTôres de barcos.

Capitanía do porto de Aveiro, 11 de Janeiro de 1912.

O capitão do porto,

Silverio Ribeiro da Rocha e Cunha.